

**FERNANDA MACEDO DE SOUZA**

**OS IMPACTOS DO RECONHECIMENTO  
DO DIREITO A PROTEÇÃO DE DADOS  
COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL  
PELOS TRÊS PODERES DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**EDITORA  
CEI**

**2023**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1 O direito à proteção de dados pessoais como um direito fundamental</b> .....	11
1.1.1 Universalidade.....	12
1.1.2 Limitabilidade ou relatividade.....	13
1.1.3 Historicidade .....	13
1.1.4 Imprescritibilidade.....	14
1.1.5 Inalienabilidade ou indisponibilidade.....	14
1.1.6 Irrenunciabilidade.....	15
1.1.7 Indivisibilidade.....	15
1.1.8 Inviolabilidade.....	15
1.1.9 Efetividade .....	16
1.1.10 Concorrência ou complementaridade.....	16
1.1.11 Interdependência .....	16
1.1.12 Constitucionalização .....	16
1.2 A construção do direito a proteção de dados como um direito fundamental .....	17
1.2.1 Desenvolvimento da proteção de dados no contexto mundial..	19
1.2.2 Proteção de dados no Brasil.....	31
1.3 O direito a proteção de dados segundo as características gerais apresentadas .....	38
<b>2 O papel dos três poderes da República Federativa do Brasil no reconhecimento dos direitos fundamentais</b> .....	44
2.1 A participação dos poderes na legitimação dos direitos fundamentais brasileiros .....	46
2.1.1 Legislativo .....	47
2.1.2 Executivo .....	50
2.1.3 Judiciário .....	56
2.2 A necessidade da legitimação dos direitos fundamentais no Brasil pelos três Poderes da República Federativa do Brasil.....	61
<b>3 Análise do reconhecimento do direito fundamental a proteção de dados pelos três poderes no Brasil</b> .....	66
3.1 Jurisprudência do STF, STJ e ADIs 6387, 6388, 6389, 6390 e 6393 ..	67
.....	67
3.2 Projeto de Emenda Constitucional nº 17/2019 .....	79

3.3 Atuação do Poder Executivo e advento da ANPD.....	84
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>93</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>99</b>